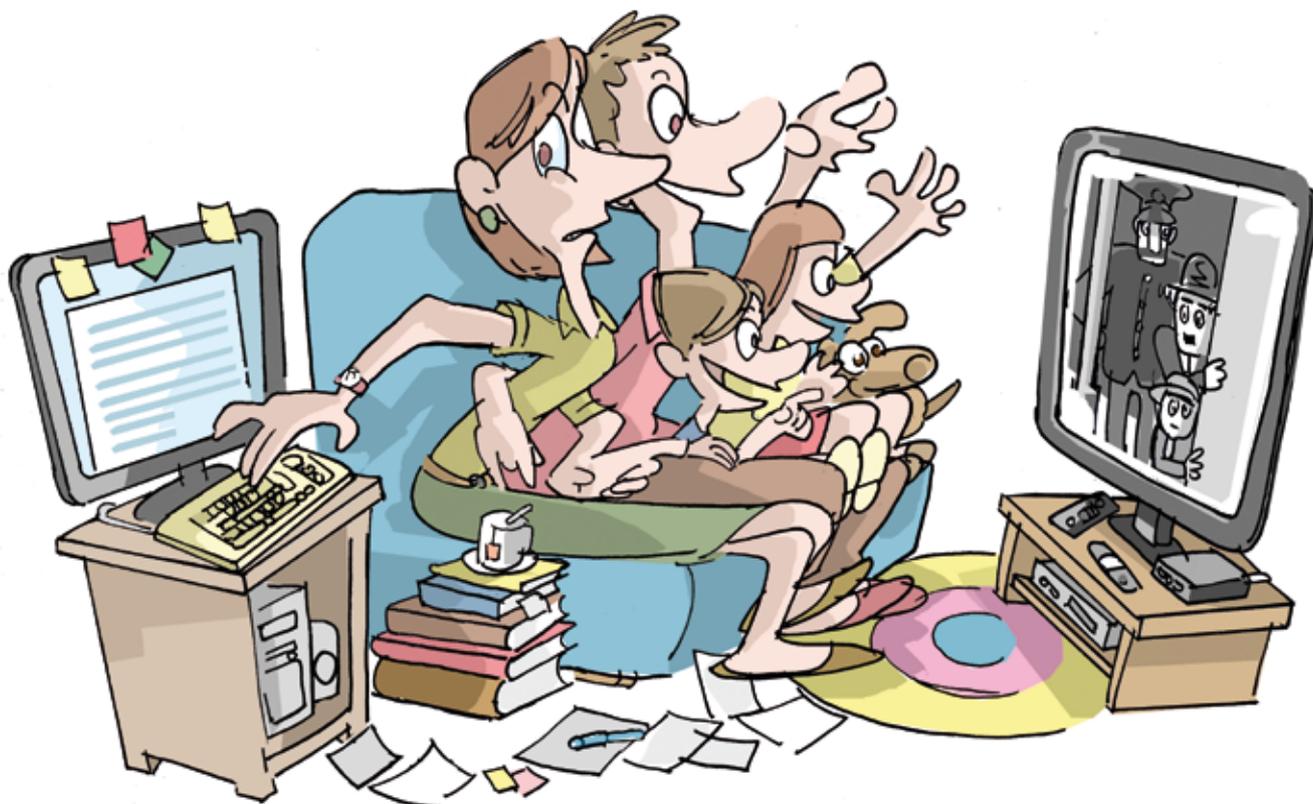


# TORNADA MERCADORIA, PESQUISA É FATOR DE COMPETIÇÃO E ESTRESSE

Guilherme Jeronimo  
Jornalista



*No Brasil e no exterior, a produção de **papers** em escala industrial leva ao surgimento de casos de plágio, má conduta, falseamento de resultados de pesquisa, ao mesmo tempo em que surgem sinais de fadiga e de rebelião contra os cânones produtivistas de Bolonha e a mercantilização recorde das publicações científicas. Nas universidades públicas em mutação, a expansão dos cursos de pós-graduação e o avanço da pesquisa levaram a uma clivagem interna, com o surgimento de grupos de diferente prestígio e de rivalidades entre “docentes” e “docentes pesquisadores”*

De um lado, modelos favoráveis à valorização de um ritmo elevado de publicação de resultados de pesquisas científicas e seu tratamento como mercadoria, com proteção intelectual, publicação em bases fechadas, formação de um mercado editorial científico. De outro lado, os modelos que preconizam um entendimento do conhecimento científico como bem público, não apropriável em sua essência, especialmente quando financiado por entes públicos.

Ainda que bastante debatida, a tensão entre esses modelos aumenta, ganha relevância contínua nos cenários interno e externo, e termina por aprofundar o debate sobre a máxima “publicar ou perecer”, do zoologista Harold J. Coolidge.

No Brasil o tema remete à construção de uma política científica norteada pelo positivismo cientométrico fundado em avaliações permanentes do corpo docente, índices de excelência, ranqueamentos, aporte de recursos financeiros em agências de fomento estatais — distribuídos conforme critérios de “mérito” — e pela reestruturação das carreiras docentes, como ocorre na USP desde 2012 (pela via da “progressão horizontal” que instituiu dois níveis de Professor Doutor e três níveis de Professor Associado).

No exterior, o grau de acirramento dos antagonismos pode ser aferido por uma tragédia real: o suicídio, em janeiro de 2013, do estudante e ativista Aaron Swartz, criador da tecnologia de compartilhamento de informações Really Simple Syndication (RSS), quando

estava clara sua derrota num processo milionário por acessar e copiar artigos acadêmicos de acesso restrito da base do Massachusetts Institute of Technology (MIT). Mas, na contracorrente, há quem se bata por uma produção científica em ritmo mais condizente com a checagem dos resultados e com o caráter artesanal da pesquisa, caso dos signatários do manifesto por uma *Slow Science* e da defesa da publicação científica em bases abertas, iniciada em 2012 na Inglaterra.

Nos Estados Unidos, manifestações recentes da Universidade Harvard no sentido de que seus pesquisadores passem a divulgar suas pesquisas em locais de acesso aberto, segundo noticiado pelo jornal *The Guardian*, são sinal de que uma renegociação da dinâmica de publicações é iminente. Paralelamente ocorre a chamada “Primavera da Academia”, iniciada por um movimento de cientistas da Universidade de Cambridge, liderados pelo matemático Timothy Gowers, e que reúne mais de 10 mil acadêmicos em boicote à maior editora de periódicos científicos, a Elsevier, que, sem remunerar os cientistas, publica revistas cuja assinatura custa entre 20 mil e 40 mil dólares!

Cá e lá, a produção de *papers* em escala industrial leva a denúncias de plágio, má conduta, falseamento de resultados de pesquisa, como suspeita-se em relação à ministra alemã de Educação, Annette Schavan, que deixou o cargo em fevereiro de 2013 após acusações de plágio em sua tese de doutorado em Filosofia (realizada na década de 1980, na Universidade

de Düsseldorf). No Brasil, um caso exemplar envolveu, em 2013, o professor Rui Curi, então diretor do Instituto de Ciências Biomédicas da USP e autor de mais de 500 artigos científicos, obrigado a pedir a retratação de alguns, em 2013, após denúncia de fraude (vide *Informativo Adusp 357*, <http://goo.gl/p5uFWo>). Embora investigações conduzidas, separadamente, pela USP e pela Comissão de Integridade na Atividade Científica (CIAC) do Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica (CNPq) não tenham identificado falsificação de resultados, a CIAC “verificou que há erros na composição de figuras e na apresentação de dados, erros reconhecidos pelos autores denunciados, que indicam descuido nos procedimentos empregados na elaboração e revisão dos manuscritos”, e concluiu que “houve falha no exercício de rigor na condução e divulgação de resultados, indispensáveis à pesquisa de qualidade”, como reportou Herton Escobar no jornal *O Estado de S. Paulo* (<http://goo.gl/tWrIID>).

O jornal *Le Monde Diplomatique* citou que uma pesquisa sobre bases de trabalhos científicos identificou 17 milhões de publicações científicas entre 1950 e 2007, somente na base de dados Medline (EUA), e fez alusão a um aumento nas retratações de artigos. Na disputa por espaços em publicações de prestígio e por um maior número de citações, que indicariam maior relevância da produção, estaria ocorrendo, segundo *Le Monde Diplomatique*, “tráfico de influências” e “artigos assinados por dezenas de nomes”, formas de

driblar os sistemas automatizados e suas fórmulas de contagem (vide também *Revista Adusp* 50, de 2011, <http://goo.gl/rzRwnk>).

Conflito de interesses, fraudes, acusações de plágio não chegam a ser novidades no mundo científico. Mas sua ocorrência em grande número, agitando os bastidores da comunidade científica, parece refletir a crescente relevância da ciência (e das universidades) como força produtiva no capitalismo atual. Cada vez mais, cabe aos pesquisadores adequar-se a parâmetros mercantis de classificação para fazer jus a certas recompensas (bolsas, financiamentos), ou então buscar diretamente no “mercado” apoio às pesquisas. O risco é que o equilíbrio necessário para que os resultados sejam isentos se fragilize, e nos caminhos das pesquisas de ponta e no desenvolvimento dos estados-da-arte pese a influência dos editais e suas comissões.

***Marco Antonio Zago tece críticas à avaliação da pós-graduação pela Capes: “O processo de avaliação precisa ser revisto, mas só tem sido reforçado”. Ele condena a exacerbção, na USP, da fixação de prazos curtos demais para a conclusão de mestrados e doutorados***

Indubitavelmente, os gestores do produtivismo acadêmico à brasileira têm obtido progressos, ao menos do ponto de vista cientométrico. Nossos índices evoluem constantemente. Segundo o Science Citation Index, mantido pela empresa Thomson Reuters, em 2013 o Brasil tornou-se o 13º produtor de ciência do mundo. No caso brasileiro o fomento à pesquisa é basicamente público, e tem origem em agências como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes, que também é a reguladora do setor, responsável pela avaliação e ranqueamento dos cursos de pós-graduação), o CNPq, a Finep e a Fapesp.

Como se sabe, quem faz pesquisa no Brasil são as estruturas acadêmicas. Segundo o último Censo de Educação Superior, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), existem 284 Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, de um total de 2.365. Em 2012, segundo dados da Capes, o país formou 42.780 mestres e 13.879 doutores, um crescimento de 30% comparativamente a 2006, quando produziu 32.280 mestres e 9.366 doutores.

O aumento na produção científica indexada, captado pela Capes junto ao Institute for Scientific Information - National Science Indicators (ISI) e exibido na prestação de contas da agência federal, foi proporcionalmente maior do que o aumento na produção de mestres e doutores, saltando de 19.280 produções em 2006 para 34.824 em 2011. A última Avaliação Trienal da Capes, por sua vez, registra 171.969 artigos publica-



**Professor Glaucius Oliva**

dos em periódicos em 2012, contra 127.860 publicados em 2010, crescimento que talvez reflita a expansão do sistema público federal de ensino superior. Considerando os últimos três anos foram publicados mais de 448 mil artigos, ainda conforme a Avaliação Trienal.

A *Revista Adusp* buscou, sem sucesso, contato com o presidente da Capes, Jorge Guimarães. Em 2013 a agência recebeu R\$ 2,679 bilhões do governo federal, destinando, desse montante, R\$ 2,2 bilhões a estudantes de pós-graduação. Guimarães é um dos maiores apologistas do modelo produtivista vigente. “Para qualquer país, a sua produção científica torna-se visível pela publicação de artigos originais nas melhores revistas internacionais. É fundamental atribuir esse padrão aos periódicos editados em cada país que compõe o clube mundial do mais elevado mérito na ciência. Isto se faz pela indexação em bases confiáveis, exigentes e seletivas

quanto aos padrões de qualificação dos periódicos”, afirma ele no artigo “As razões para o avanço da produção científica brasileira”, publicado em 2009.

Nesse texto, Guimarães elenca os diversos fatores que, a seu ver, “levam a uma promoção da nossa produção científica”, entre os quais “a crescente presença do Brasil neste *ranking* mundial: da 22ª posição em 1998 para 13ª em 2008”, o aporte de recursos das agências federais, “o crescimento do número e do valor das bolsas federais”, o crescimento de titulados na pós-graduação, “sobretudo no doutorado, onde se dá a maior parte da produção científica brasileira”, e, *last but not least*, “a cobrança de melhor desempenho individual dos pesquisadores na avaliação por todas as agências de fomento”, “as exigências de desempenho dos cursos nas avaliações da pós-graduação pela Capes” e “a criação do Programa Qualis da Capes, que classifica as revistas estrangeiras e brasileiras para orientar a avaliação da Capes”.

Marco Antonio Zago, reitor da USP (ouvido pela reportagem quando ocupava o cargo de pró-reitor de Pesquisa), tece algumas críticas à atual metodologia de avaliação da pós-graduação pela Capes: “O processo de avaliação dos cursos era bem amador, e teve mudança há cerca de 15 anos, com a introdução de regras e parâmetros claros. Agora evoluiu para o excesso, e todo processo de avaliação influencia o meio. Ele precisa ser revisto, mas só tem sido reforçado”. Zago acredita, por exemplo, que houve uma exacerbação, na USP, da fixação de

prazos curtos demais para a conclusão de mestrados e doutorados, induzida pelas diretivas da Capes: “Não é factível fixar um prazo, não só por diferença nas áreas, mas por diferenças e peculiaridades de cada discente. O curso de pós-graduação é muito mais personalizado”.

A maioria dos gestores universitários considera a publicação em massa uma atividade essencial ao fazer científico, até mesmo, alegam, como forma de superar o suposto atraso do país: “Ainda estamos em um momento em que o numérico é importante, e estamos atrás de países muito menores. Não podemos deixar de olhar e ter um planejamento numérico, uma atividade contínua”, defende a pró-reitora de Pesquisa da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Maria José Giannini.

***“São os pares, em última análise, que vão dizer se um trabalho é bom ou ruim. E por isso é tão importante que os comitês que fazem a avaliação de solicitações, de projetos, conjuntamente possam fazer a análise da produção científica de uma pessoa”, avalia Glaucius Oliva, do CNPq***

Outro “termômetro” para a atividade científica no país, o CNPq atua



**Professor Luis Castiel**

principalmente no apoio direto a pesquisadores e estudantes e na cessão de recursos para atividades acadêmicas. Em 2012 recebeu do Ministério da Ciência e Tecnologia um repasse de R\$ 2,060 bilhões, dos quais destinou R\$ 1,38 bilhão para bolsas de pós-graduação. Em 2013 houve recuo no orçamento, com R\$ 1,955 bilhão, dos quais R\$ 1,22 bilhão para auxílio a estudantes. O presidente do CNPq, Glaucius Oliva, comenta para a *Revista Adusp* a pressão por produção: há que “olhar para a ciência brasileira como um sistema, valorizando quem produz ciência de alto nível, quem faz *papers*, quem publica”, advoga, mas, por outro lado, “a gente também tem de valorizar aquele camarada que usa este conhecimento para fazer extensão, que usa esse conhecimento para chegar à sociedade”. Assim, diz ele, as avaliações do CNPq buscam averiguar não apenas quantidade, baseando-se em três critérios: relevância, originalidade e repercussão dos projetos.

Luiz Anelli



Professor João dos Reis Silva Jr.

Esta avaliação pode ser feita de três maneiras “objetivas”, segundo Oliva. Uma delas é focar a relevância das revistas em que o pesquisador publica, valorizando o fator de impacto dessas publicações. Outra é o quanto um trabalho é considerado relevante pelos pesquisadores de uma área, medido pela quantidade de citações que recebe ao longo do tempo, gerando estruturas de comparação como o “índice H”, que correlaciona quantidade de artigos com a quantidade de citações que estes recebem. A terceira e mais relevante maneira, prossegue o presidente do CNPq, é a revisão por pares. “São os pares, em última análise, que vão dizer se um trabalho é bom ou ruim. E por isso é tão importante que os comitês que fazem a avaliação de solicitações, de projetos, possam conjuntamente fazer a análise da produção científica de uma pessoa”, explica.

Mas, mesmo que o foco não esteja exclusivamente na quantidade da

produção, essa ainda é considerada relevante. Oliva cita o fato de termos hoje cerca de 350 mil professores universitários, e uma produção média de 35 mil artigos por ano: “Há programas de pós-graduação hoje em que a média de produção anual é acima de seis a sete artigos por ano. É uma média absolutamente razoável de ser mantida”.

Uma peculiaridade nacional, segundo Oliva, é a de que esta produção é oriunda dos programas de pós-graduação, com participação dos alunos de mestrado e doutorado, enquanto em outros países é maior a relevância de estudantes de pós-doutorado e pesquisadores contratados por laboratórios. Talvez por esse motivo o financiamento à internacionalização da pesquisa brasileira tenha se tornado a menina dos olhos da Presidência da República, que criou o programa Ciência sem Fronteiras (CsF), com a finalidade de centralizar o financiamento e a negociação de vagas em instituições do exterior. Não por coincidência o programa é conduzido pelos ministérios responsáveis por Capes e CNPq, respectivamente o Ministério da Educação (MEC) e o da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

O programa prevê a oferta de 101 mil bolsas para graduandos e pós-graduandos. O site oficial do programa informa que até 2015 o CsF oferecerá quase 47 mil bolsas de graduação, das quais 1.000 de mestrado profissional, 24.600 na modalidade doutorado-sanduíche, 9.790 para doutorado pleno e 11.560 para pós-doutorado. Do ponto de vista do direcionamento dos recursos, há ênfase quase exclusiva para as áreas de engenharias e saúde.

*“No campo da saúde acabamos nos tornando empresários de nós mesmos, de grupos de pesquisa que buscam financiamentos para continuar produzindo certo tipo de pesquisa que acaba tendo uma função de se estabelecer nesses jogos competitivos”*

Os números mostram evolução, mas quem determina seus rumos? Para o professor Renato Dagnino, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), uma lógica de neutralidade garante que o direcionamento da pesquisa seja feito, em grande medida, pela própria comunidade científica, o que se altera somente quando um ator social muito forte, que precisa do conhecimento, direciona as pesquisas. Na visão de Dagnino, nossa pesquisa foi privatizada pela própria comunidade científica, e seus órgãos de gestão e fomento somente refletem este pensamento, decidindo o rumo dos investimentos. “Enquanto pesquisadores, fazemos a política, que vem de baixo para cima, em cada artigo, em cada tese. Há, porém, um discurso privatista, mimético. A política de Ciência e Tecnologia continua neoliberal”.

A tendência é mundial, e teve seu corolário apresentado na fati-

dica proclamação de Bolonha. “A declaração conjunta de 29 estados europeus na reunião de Bolonha, em 1999, marca antes a consolidação do projeto neoliberal para a educação superior de modo articulado, no bloco europeu, do que o começo do processo neoliberal neste setor ou em outro qualquer”, entende o professor **Ciro Correia**, do Instituto de Geociências (IGC-USP) e atual presidente da Adusp.

A aplicação deste modelo no Brasil torna o campo alheio a muitos dos problemas nacionais. “Se nos sistemas americano e europeu isso guarda relação com um projeto de hegemonia, à revelia das perversidades que encerra, aqui a imposição desta mesma lógica apenas fortalece e contribui de modo periférico para a ampliação da área de influência e inserção destes projetos exóticos, sem qualquer preocupação com o que de fato poderia ser mais responsável enquanto política educacional com vistas à superação das deficiências nacionais no campo da educação, da ciência e da tecnologia”, explica **Ciro**.

Tal processo, segundo o professor **Luis Castiel**, da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), está relacionado a uma mudança no papel das universidades. Há algumas décadas elas tinham “as funções institucionais de uma excelência voltada para uma ideia de avanço de produção, uma certa ideia de conhecimento que havia na época”. Hoje teriam se tornado organizações sociais regidas por metas, objetivos, critérios gerenciais, desempenho e avaliação



**Professora Marinalva Oliveira**

desse desempenho.

“No campo da saúde acabamos nos tornando empresários de nós mesmos, de grupos de pesquisa que buscam cada vez mais financiamentos para continuar produzindo. Mas produzindo certo tipo de pesquisa que acaba tendo uma função de se estabelecer nesses jogos competitivos e de ocupação de espaço, captação de recursos humanos e a formação de recursos humanos dirigidos para um certo tipo de atuação”, aponta **Castiel**, para quem as disputas se dão em ritmo de alta competição por recursos para fazer pesquisas, que por sua vez serão orientadas por critérios atrelados a uma ideia de produção de conhecimento na qual se encontra o conceito de “inovação”, e tomam por natural a concepção de produção sustentável.

Tal tendência, porém, pode ser mais uma política de Estado do que de governo, na qual as políticas e programas em voga têm por

objetivo colocar a universidade pública nacional a serviço das políticas econômicas setoriais, acredita **João dos Reis Silva Júnior**, professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Para **Silva Júnior**, o Estado também se retirou da universidade pública, permitindo a entrada do capital e a mercantilização da educação superior pública: “A universidade assume nova função socioeconômica com severas consequências para o trabalho do professor pesquisador, da natureza da produção científica e sua utilização e para a carreira docente. O tempo que rege toda atividade desenvolvida pelo professor não é mais o tempo criador e acadêmico-científico, mas o tempo da economia sob a orientação da gestão monetária”.

O impacto desta gestão atinge em especial os docentes, que passam a lidar com um duplo vínculo: a universidade, cujo salário se regula pela carreira docente, e os órgãos de fomento, que influenciam decisivamente na carreira efetiva do professor e em seu trabalho. “Nesta carreira objetiva e concreta, o trabalho do professor é intensificado e comprimido no âmbito espaço-temporal. Ele precisa atender à demanda de docência na graduação, e para ter acesso a financiamento de pesquisa terá que ser credenciado nos programas de pós-graduação, pesquisar, correr atrás da bolsa de produtividade, fazer palestras, conferências, seminários; e tentar viver com a família, ter um tempo para si, por exemplo os finais de semanas, em geral passados com trabalhos”, destaca **Reis**.

Não bastando a pressão sobre a vida pessoal e profissional, o docente sofre ainda ingerência externa sobre sua própria pesquisa, induzida pela política de editais, com prazos e recursos comprimidos e perda da autonomia e identificação com o que se investiga. “Sua alma está cindida. Isto explicaria o atual nível de conflitos que se pode observar nas universidades, muito sofrimento e adoecimento e um acentuado uso de medicamentos controlados ou mesmo o uso do álcool”, aponta o professor da UFSCar (vide também *Revista Adusp* 48, de 2010, <http://goo.gl/Pkd9FA>).

Arquivo pessoal



**Professora Ana Maria Machado**

versidade do Planalto Catarinense (Uniplac). Estes novos poderes influenciam as dinâmicas da universidade, e tornam o cenário nebuloso, inclusive para uma parcela dos docentes envolvidos, que não se dá conta de todas as dimensões e implicações do novo ambiente universitário.

Na visão da professora Ana Maria, o avanço da pesquisa e a expansão dos cursos de pós-graduação levaram a uma clivagem dentro das universidades, com o surgimento de grupos de diferente prestígio e de rivalidades entre “docentes” e “docentes pesquisadores”, criando heteronomia no corpo docente. “Por mais que se queira esmaecer as diferenças, elas existem e fazem pesar sobre o pesquisador universitário um conjunto suplementar de exigências externas. Apresenta-se aqui um problema de quebra de isonomia e também um problema com relação à autonomia”, aponta, destacando que as atribuições de um e de outro grupo são distintas, e há forte impacto na carreira universitária.

Ela acredita, contudo, que há espaços para ganho de autonomia e percebê-los depende de o pesquisador ter consciência de sua condição, seu papel e das relações entre ciência e sociedade, indústria e universidade: “Parece-nos que seria preciso levar à discussão estas questões durante a formação de mestres e doutores, a fim de que os interesses da coletividade, do bem comum, possam ser defendidos no contexto da pesquisa que precisa ser entendida pela sociedade como bem público”.

***“Há um crescimento vertiginoso das demandas de trabalho, do ritmo de atividades e do adoecimento dos docentes. Equipamentos e material de consumo devem ser obtidos por meio de editais, já que foi reduzido o investimento direto nas instituições federais de educação”***

talações prediais, equipamentos e material de consumo que devem ser obtidos por meio de editais, já que foi reduzido o investimento direto nas instituições federais de educação”, aponta Marinalva Silas Oliveira, presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN).

A categoria lida ainda com a disputa em torno de seu plano de carreira, que recebeu forte impacto da concepção produtivista em vigor. Implantado no meio de 2012, durante a última greve docente, o plano de carreira premia docentes que consigam fontes externas de financiamento à pesquisa, e atribui grande peso às publicações. A competitividade torna-se extremada quando o pesquisador passa a ter “outros patrões, além daquele que efetivamente paga o seu salário”, como nota, incisivamente, Ana Maria Netto Machado, da Faculdade de Educação da Uni-

Em âmbito federal a busca por uma maior produção também afeta de diversas maneiras o docente. “Há um crescimento vertiginoso das demandas de trabalho, do ritmo de atividades e do adoecimento dos docentes. Faltam ins-